



Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/07/2015 - Instituto Telecom

# Qualidade da banda larga fixa caiu em 2014, aponta Anatel

A qualidade da banda larga fixa caiu em 2014, na comparação com os resultados obtidos em 2013 e 2012, conforme mostra relatório da Anatel divulgado nesta sexta, 17. De acordo com o apurado, dez empresas que detêm mais de 50 mil assinantes cumpriram, no ano passado, 67,9% das metas estabelecidas em regulamento de qualidade do serviço, ante 70,55% atendidas em 2013 e 10,94% alcançadas em 2012. Entre as operadoras, o pior resultado foi da Vivo, que cumpriu apenas 28,1% dos indicadores, enquanto a Cabo Telecom, que atua apenas em dois municípios do Rio Grande do Norte, alcançou 94,9% das metas. Em 2013, o percentual atingido pela prestadora paulista foi de 40%.

A Sercomtel e a Algar, que também têm atuações limitadas, tiveram resultados melhores: 89,1% e 87,9%, respectivamente. A NET, que tem o maior número de assinantes (7,3 milhões) e atua em 25 estados cumpriu, em 2014, 85,4% dos indicadores de qualidade. Em 2013, também teve resultado melhor, de atingimento de 86,8% das metas.

A GVT, que oferta serviços em 21 estados, cumpriu em 2014 83,6% dos indicadores de qualidade exigidos pela

Anatel. No ano anterior, esse percentual foi de 84,5%. A Embratel, que oferece o serviço em todos os estados, mas que tem 220 mil assinantes, alcançou o percentual de cumprimento das metas de 69%. Em 2013, o desempenho da empresa foi igualmente melhor, de 79,5% das metas alcançadas.

A TIM Live, com presença restrita a dois estados, cumpriu em 2014 65,5% das metas de qualidade ante 67,9% alcançados no ano anterior. A Sky, que oferta banda larga fixa por meio da tecnologia LTE e atua em 18 estados, cumpriu 58,5% dos indicadores. E a Oi, que atua em 26 estados (com exceção de São Paulo), obteve índice de cumprimento das metas de 46,3%, resultado melhor que dos anos anteriores: 45,3% em 2013 e 37,6% em 2012.

O regulamento de qualidade do SCM estabelece 14 indicadores de qualidade, que vão desde taxa de reclamações, passando por velocidades média e instantânea até taxa de resposta ao assinante. Para os casos em que o indicador demonstra desempenho inferior a meta estabelecida, a Anatel instaura Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) em desfavor da prestadora.

17/07/2015 - Instituto Telecom

# Internet das Coisas vai a R\$ 5 trilhões em 2019 e será maior mercado de dispositivos

Um novo relatório da União Internacional das Telecomunicações sobre perspectivas do setor destaca o crescimento da 'Internet das Coisas', que deve se tornar o maior segmento do mercado de equipamentos até 2019, quando, nas contas da entidade, deve atingir receitas de US\$ 1,7 trilhão – cerca de R\$ 5,2 trilhões.

Esse movimento já começou. Segundo o relatório da UIT "um bilhão de diferentes tipos de equipamentos da Internet das Coisas sem fio devem ser distribuídos em 2015 – uma alta de 60% sobre 2014 e em linha com a previsão de que a base de aparelhos em funcionamento

chegará a 2,8 bilhões até o fim deste ano. Já os equipamentos 'vestíveis' já beiram os 109 milhões.

"Cerca de 25 bilhões de equipamentos conectados estão previstos para 2020, puxados por entidades ligadas a consumidores (como empresas, hospitais, autoridades e outras organizações e instituições), indústria de manufatura, serviços públicos e transportes. Em receitas, o mercado de Internet das Coisas tem crescimento esperado para US\$ 1,7 trilhão até 2019, tornando-se o maior mercado mundial de equipamentos", diz o relatório da UIT.





Produção: TET Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/07/2015 - Carta Maior

## CPI do HSBC decide blindar empresários que mantêm recursos não declarados no exterior

Os senadores decidiram suspender as quebras de sigilo que haviam aprovado há uma semana e que foram autorizadas pelo STF.



A CPI do HSBC do Senado decidiu, na sessão desta quinta (16), blindar os megaempresários acusados de remeter dinheiro para o exterior ilegalmente, no escândalo que ficou internacionalmente conhecido como Swissleaks. A CPI já havia aprovado a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos empresários, o Supremo Tribunal Federal (STF) legitimou a medida, mas os senadores, sem nenhuma explicação razoável, decidiram retroceder e suspender as investigações.

"Nós temos uma decisão do STF respaldando esta CPI. E nós vamos derrotar essa CPI quando ela está respaldada? (...) Na última sessão, nós quebramos 17 sigilos: três fiscais e 14 bancários e fiscais. Algumas dessas pessoas foram ao STF contra a quebra e o STF nos deu razão. Agora, nós mesmos vamos desistir dessa quebra de sigilo?", questionou em vão o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do

requerimento para criação da CPI e vice-presidente dela.

Um dos beneficiados pela decisão da maioria dos senadores é o megaempresário dos transportes, Jacob Barata, que detém parte da concessão de transporte público no Rio de Janeiro. Outros três familiares dele também escaparam da investigação: Rosane Ferreira Barata, Jacob Barata Filho e David Ferreira Barata. Na lista, constam ainda o empresário Jacks Rabinovich, ex-proprietário do Grupo Vicunha, e a empresária Paula Queiroz Frota, membro do Grupo Edson Queiroz, dono da TV Verdes Mares (a retransmissora da Globo no Nordeste) e do Diário do Nordeste.

Votaram pela suspensão da investigação os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Ciro Nogueira (PP-PI), Otto Alencar (PSD-BA), Paulo Bauer (PSDB-SC), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Sérgio Petecão (PSD-AC) e o relator Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O único voto contrário à anistia ampla, geral e irrestrita aos possíveis corruptos que integram o grupo dos 8 mil correntistas brasileiros com dinheiro não declarado em contas do HSBC da Suíça foi o do senador Randolfe.

Para ele, só uma investigação séria poderá apontar quais brasileiros mantém dinheiro lícito no exterior e quais escondem recursos provenientes de crimes de diversas naturezas, como o tráfico de drogas e os principais escândalos de corrupção dos últimos anos. Randolfe é também o autor do Projeto de Lei 298/2015, que prevê a anistia do julgamento por crime de evasão de divisas para os brasileiros que repatriarem o dinheiro não declarado à receita.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O senador, entretanto, propõe que a anistia proposta não valha para dinheiro ilícito, proveniente do crime. E, por isso, defende que a CPI investigue a situação de cada correntista para separar o joio do trigo. "Não dá para investigar todo o dinheiro brasileiro no exterior, não dá para investigar as 500 mil contas de brasileiros no exterior. Mas as contas desses 8 mil correntistas do HSBC, nós podemos. São cerca de R\$ 19 bilhões só nessas contas", justificou.

Todos os seus colegas, entretanto, defenderam abertamente que a investigação fosse suspensa. A justificativa é não assustar o empresariado que, com medo de possíveis represálias, poderia optar por não trazer suas fortunas de volta para o país. "Nós deveríamos parar esta CPI, hibernar essa CPI e esperar o resultado do repatriamento. Se nós queremos criar um projeto para repatriar esse dinheiro, não devemos ficar mexendo nisso neste momento. Como nós vamos convencer esse pessoal a trazer o dinheiro se o próprio autor do projeto de repatriação insiste para manter a investigação?", disse Maggi.

Bauer concordou. Para ele, se os empresários trouxerem de volta o dinheiro para o país, não interessa saber os motivos pelos quais eles estão no exterior, ainda que de forma ilegal. "Dinheiro não fala", argumentou. O relator, Ricardo Ferraço, defendeu uma posição ainda mais recuada: não só apoiou a suspenção das investigações como anunciou que, em seu relatório final, não irá pedir o indiciamento de ninguém. Segundo ele, as autoridades competentes irão investigar o assunto e a CPI já cumpriu seu propósito ao provocá-las a fazer isso com mais agilidade.

"Antes da CPI, havia todo um corpo mole para solicitar essas informações à França", justificou. O relator disse também que, no seu relatório, irá apresentar seis projetos que visam melhorar à legislação brasileira sobre evasão de divisas.

#### Interesse do governo

A aprovação do PL 298/2015 é de grande interesse do governo, que estima arrecadar até R\$ 100 bilhões com a repatriação do dinheiro brasileiro evadido para diversos países. Montante nada desprezível, principalmente em tempos de ajuste fiscal. A oposição, porém, se posicionou contrária: quando entrou na pauta do Senado, na última quarta (15), DEM e PSDB entraram em obstrução e derrubaram o quórum para votação.

Nesta quinta (16), os senadores aprovaram o caráter de urgência para o projeto, mas o presidente da casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL) decidiu recolocá-lo na pauta só em agosto, após o recesso parlamentar.

17/07/2015 - Teletime

# Claro apresenta lucro no trimestre, mas prejuízo no semestre

A Claro Participações, subsidiária da América Móvil que é resultado da consolidação da Embratel e da Net Serviços com a operadora móvel Claro, publicou na noite da quinta-feira, 16, seu resultado financeiro referente ao segundo trimestre do ano, no qual registrou receita líquida de R\$ 8,423 bilhões, um aumento de 2,8% em comparação com o mesmo período do ano passado em resultado proforma. Da mesma forma, a empresa teria ainda um aumento de 3,6% no acumulado do semestre, já que totalizou R\$ 16,751 bilhões.

O lucro líquido, também considerando resultado proforma, caiu 99,2%, totalizando R\$ 3,3 milhões no 2T15. No semestre, a companhia já registra prejuízo: R\$ 2,083 bilhões, contra lucro de R\$ 751,5

milhões no ano anterior.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBTIDA) fechou o trimestre encerrado em junho em R\$ 2,537 bilhões, aumento proforma de 12,1%. No acumulado do semestre, o crescimento foi de 9,5%, total de R\$ 4,953 bilhões. Já o resultado financeiro (total de proveitos menos o total de gastos e perdas) antes de impostos ficou negativo em R\$ 89,5 milhões, contra ganhos de R\$ 563,9 milhões no segundo trimestre de 2014.

A Claro afirma que reclassificou para custo os valores do Fust e Funttel de aproximadamente R\$ 64 milhões referentes ao acumulado de seis meses do ano passado. Anteriormente, isso era apresentado como redutor de receita.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/07/2015 - Vermelho

# Igor Fuser: A Globo é o principal agente da imbecilização da sociedade

A Rede Globo é o aparelho ideológico mais eficiente que as classes dominantes já construíram no Brasil desde o início do século XX. Substitui perfeitamente a Igreja Católica como instrumento de controle das mentes e do comportamento.

A Globo esteve ao lado de todos os governos de direita, desde o regime militar – no qual se transformou no gigante que é hoje – até Fernando Henrique Cardoso. Serviu caninamente à ditadura, demonizando as forças de esquerda e endossando o discurso ufanista do tipo "Brasil Ame-o ou Deixe-o" e as versões sabidamente falsas sobre a morte de combatentes da resistência assassinados na tortura e apresentados como caídos em tiroteios. Mais tarde, após o fim da ditadura, alinhou-se no apoio à implantação do neoliberalismo, apresentado como a única forma possível de organizar a economia e a sociedade.

No plano cultural, é impossível medir o imenso prejuízo causado pela Rede Globo, que opera como o principal agente da imbecilização da sociedade brasileira. Começando pelas novelas, seguindo pelos reality shows, pelos programas de auditório, o papel da Globo é sempre o de anestesiar as consciências, bloquear qualquer tipo de reflexão crítica.

A Globo impôs um português brasileiro "standard", que anula o que as culturas regionais têm de mais importante – o sotaque local, a maneira específica de falar de cada região. Pratica ativamente o racismo, ao destinar aos personagens da raça negra papéis secundários e subalternos nas novelas em que os heróis e heroínas são sempre brancos. Os personagens brancos são os únicos que têm personalidade própria, psicologia complexa, os únicos capazes de despertar empatia dos telespectadores, enquanto os negros se limitam a funções de apoio. Aliás, são os únicos que aparecem em cena trabalhando, em qualquer novela, os únicos que se dedicam a labores manuais.

A postura racista da Globo não poupa nem sequer as crianças, induzidas, há várias gerações, a valorizar a pele branca e os cabelos loiros como o padrão superior de beleza, a partir de programas como o da Xuxa.

O jornalismo da Globo contraria os padrões básicos da ética, ao negar o direito ao contraditório. Só a versão ou ponto de vista do interesse da empresa é que é veiculado. Ocorre nos programas jornalísticos da Globo a manipulação constante dos fatos. As greves, por exemplo, são apresentadas sempre do ponto de vista dos patrões, ou seja, como transtorno ou bagunça, sem que os trabalhadores tenham direito à voz. Os movimentos sociais são caluniados e a violência policial raramente aparece. Ao contrário, procura-se sempre disseminar na sociedade um clima de medo, com uma abordagem exagerada e sensacionalista das questões de segurança pública, a fim de favorecer as falsas soluções de caráter violento e os atores políticos que as defendem.

No plano da política, a Rede Globo tem adotado perante os governos petistas uma conduta de sabotagem permanente, omitindo todos os fatos que possam apresentar uma visão positiva da administração federal, ao mesmo tempo em que as notícias de corrupção são apresentadas, muitas vezes sem a sustentação em provas e evidências, de forma escandalosa, em uma postura de constante denuncismo.

A Globo pratica o monopólio dos meios de comunicação, ao controlar simultaneamente as principais emissoras de TV e rádio em todos os Estados brasileiros juntamente com uma rede de jornais, revistas, emissoras de TV a cabo e portais na internet.

Uma verdadeira democratização das comunicações no Brasil passa, necessariamente, pela adoção de medidas contra a Rede Globo, para que o monopólio seja desmontado e que a sua programação tenha de se submeter a critérios pautados pela ética jornalística, pelo respeito aos direitos humanos e pelo interesse público.







Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/07/2015 - Brasil de Fato

## MPF investiga Aécio por desvio de R\$ 14 bi da saúde de Minas Gerais

Ministério Público Federal (MPF) questiona verba destinada para outros fins, como para a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), a qual nunca recebeu o dinheiro

O senador Aécio Neves, presidente do PSDB e exgovernador de Minas Gerais, volta a ter o nome envolvido em um dos maiores casos de desvio de verba do Brasil. A investigação foi aberta pelo Ministério Público Federal (MPF) em 25 de junho e apura o desvio de R\$ 14 bilhões do Sistema Único de Saúde (SUS) de Minas Gerais. Além do extravio de recurso, questiona-se onde o dinheiro foi parar.

A fraude ocorreu nas planilhas de gastos dos mandatos de Aécio Neves no governo de Minas Gerais e de seu sucessor, Antonio Anastasia, também do PSDB. A ação mostra que os ex-governadores não cumpriram a Emenda Constitucional 29, que obriga o investimento no SUS de pelo menos 12% do Produto Interno Bruto estadual (soma das riquezas produzidas no estado). Para não serem descobertos, as contas estariam sendo "maquiadas".

De 2003 a 2011, foram incluídos nas planilhas de saúde inúmeros gastos não relacionados ao SUS. Em 2004, por exemplo, aparecem R\$ 530 mil em locação de veículos e R\$ 1 milhão em serviços de fiscalização ambiental, segundo relatório da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária do Estado (CAEO).

Ao todo, o MPF apura o desvio de R\$ 14 bilhões do serviço de saúde pública de Minas Gerais. Em alguns anos, o valor investido na área não chegou à metade do obrigatório. A maioria desse dinheiro foi repassado para serviços da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), para fundos de aposentadorias, pensões e institutos de clientela fechada.

### Processo pede reparações

Os autores da ação do MPF, os procuradores Edmundo Antônio Dias, Helder Magno da Silva e Silmara Cristina Goulart, pedem que o governo estadual invista os R\$ 14 bilhões na saúde, ainda que seja parcelado. Caso isso não ocorra, sugerem que o governo federal retenha os repasses para Minas Gerais. Os procuradores também corroboram outra investigação, elaborada em 2010, em que se afirma improbidade administrativa por parte de Aécio Neves. Eles aguardam, agora, a intimação das partes pela Justiça federal.

#### PSDB responde

A nota do partido, divulgada no mesmo dia da ação, sustenta que o tema é assunto "amplamente divulgado e esclarecido" e que os governos Aécio Neves e Anastasia fizeram o mesmo procedimento de outros estados. Aponta ainda que os investimentos feitos entre 2003 e 2010 foram aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado e pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.